



Anais da Assembléia

Nº 109

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE SETEMBRO DE 1.978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 1978

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Ivan Rüppel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Manoel Gaona, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi e Waldenício Barbalho (20); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Adalberto Darios, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Freut, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer, Fuad Nacli e Wilson Fortes (34).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Ex.^a deu presença ao Sr. Deputado Dácio Leonel, que não se encontra na Casa?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência pede desculpas ao eminente Deputado Gabriel Manoel. Realmente a Presidência verifica que havia dado freqüência, presença ao nobre Deputado Dácio Leonel, porquanto ouvira presente e tomou conhecimento posteriormente que um outro Sr. Deputado respondeu em nome do Deputado Dácio Leonel. Em razão do que, a Presidência pede desculpas ao Deputado Gabriel Manoel, por verificar que realmente a Presidência havia cometido um engano que não foi voluntário. Desculpa-se a Presidência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Apenas para responder a V. Ex.^a, Sr. Presidente, nós não queremos ser dos Deputados mais assíduos, mas temos procurado cumprir com nossa obrigação.

Ontem, por questão de serviço, estávamos em nossos gabinetes e levamos falta, eu acho que é justo, mas que façam conforme V. Ex.^a faz, uma justiça integral; não que eu tenha qualquer coisa contra o Deputado Dácio Leonel. Dácio Leonel é meu amigo e não quero que leve isto... mas apenas porque me senti ontem desembolsado nos meus minguados vencimentos de 500 cruzeiros. Então, foi por isto, Sr. Presidente, não quero que V. Ex.^a leve a sério o que falamos, apenas uma questão de bom senso e porque fomos feridos nos brios.

Pedimos a V. Ex.^a nossas escusas e agradecemos por vossa atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência desculpa-se porque, realmente, alguém respondeu em nome do Deputado que não estava presente e a Presidência já corrigiu.

A Presidência agradece a compreensão de V. Ex.^a.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprova sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 84/78

Curitiba, 14 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a permutar o imóvel de propriedade do Estado, constituído do lote n.º 16, da quadra n.º 30, da Planta da Cidade de Roncador, pelo lote de n.º 13, da quadra n.º 33, da mesma Planta, este de propriedade do Banco do Estado do Paraná S/A., tendo, cada lote, a área de mil metros quadrados.

Altamente significativa e consultando plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, a permuta objetivada através do plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa, virá ensejar condições a fim de o Banco do Estado do Paraná possa construir prédio próprio, destinado à sua Agência da sede do Município de Roncador, em local bem mais adequado, com sensíveis benefícios à numerosa clientela daquela Casa Bancária.

Certo de que o plano de lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o lote de propriedade do Estado, sob n.º 16, da quadra n.º 30, da Planta da Cidade de Roncador, com a área de 1.000,00 metros quadrados, pelo lote n.º 13, da quadra n.º 33, da mesma Planta e área, pertencente ao Banco do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 94/78

Curitiba, 20 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 2 de agosto de 1978, ao Convênio celebrado em 19 de dezembro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de JANDAIA DO SUL, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 95/78

Curitiba, 20 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 01 de setembro de 1977, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de CAMPINA GRANDE DO SUL, objetivando ajuda de custo e auxílio à manutenção das viaturas existentes no órgão policial da cidade.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 96/78

Curitiba, 20 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os municípios abaixo especificados, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

MUNICÍPIO	Data da Celebração
Guaporema	08/11/77
Alto Piquiri	05/06/78
Jardim Olinda	05/06/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 97/78

Curitiba, 20 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de Convênios de auxílio e cooperação pelo Governo do Estado com os municípios abaixo especificados e interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

MUNICÍPIO E N.º DO CONVÊNIO	Data da Celebração
Araruna - 24/78-SEPL	04/08/78
Goioerê - 37/78-SEPL	04/08/78
Moreira Salles - 48/78-SEPL	04/08/78
Reserva - 61/78-SEPL	28/07/78
São João do Ivaí - 70/78-SEPL	08/08/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero

a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 98/78

Curitiba, 20 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Estado e os Municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa:

MUNICÍPIO e N.º DO CONVÊNIO	Data da celebração
Barra do Jacaré - 74/78-SEPL	31/08/78
Dois Vizinhos - 75/78-SEPL	26/08/78
Ortigueira - 78/78-SEPL	12/08/78
São Jorge do Ivaí - 81/78-SEPL	08/08/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 99/78

Curitiba, 20 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de Convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Estado e os Municípios abaixo especificados, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros do Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR.

MUNICÍPIO e N.º DO CONVÊNIO	Data da celebração
Marechal Cândido Rondon - 110/78-SEPL	31/08/78
Toledo - 112/78-SEPL	04/09/78
Matelândia - 113/78-SEPL	30/08/78
Catanduvas - 115/78-SEPL	30/08/78
Guaraniaçu - 120/78-SEPL	29/08/78
Santa Helena - 123/78-SEPL	04/09/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 100/78

Curitiba, 20 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 29 de agosto de 1978, entre o Estado do Paraná, com a participação da Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e os Municípios de CONTENDA e ARAUCÁRIA, visando a realização de obras que objetivam o

desenvolvimento urbano dos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 101/78

Curitiba, 20 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 29 de agosto de 1978, entre o Estado do Paraná e os Municípios de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, CONTENDA, PIRAQUARA e BOCAIUVA DO SUL, objetivando o desenvolvimento de estudos e projetos, para a realização de obras e serviços de interesse metropolitano e para o planejamento integrado do uso do solo.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 102/78

Curitiba, 20 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de Convênios de auxílio e cooperação, celebrados pelo Governo do Estado com os municípios abaixo especificados e interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento, Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR e Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

MUNICÍPIO e N.º DO CONVÊNIO	Data da celebração
Almirante Tamandaré - 09/78-SEPL	14/08/78
Araucária - 10/78-SEPL	01/08/78
Balsa Nova - 11/78-SEPL	28/07/78
Bocaiúva do Sul - 12/78-SEPL	28/08/78
Campina Grande do Sul - 13/78-SEPL	28/07/78
Campo Largo - 14/78-SEPL	28/07/78
Colombo - 15/78-SEPL	28/07/78
Contenda - 16/78-SEPL	28/07/78
Mandirituba - 17/78-SEPL	28/07/78
Piraquara - 18/78-SEPL	28/07/78
Quatro Barras - 19/78-SEPL	28/07/78
Rio Branco do Sul - 20/78-SEPL	28/07/78
São José dos Pinhais - 21/78-SEPL	28/07/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 103/78

Curitiba, 20 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de Convênios de auxílio e cooperação, celebrados pelo Governo do Estado com os municípios abaixo especificados e interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

MUNICÍPIO e N.º DO CONVÊNIO	Data da celebração
Alto Piquiri - 23/78-SEPL	13/08/78
Barbosa Ferraz - 26/78-SEPL	05/08/78
Boa Esperança - 27/78-SEPL	09/08/78
Cafeara - 29/78-SEPL	13/08/78
Campina da Lagoa - 30/78-SEPL	05/08/78
Campo Mourão - 31/78-SEPL	13/08/78
Engenheiro Beltrão - 34/78-SEPL	05/08/78
Floraí - 36/78-SEPL	13/08/78
Grandes Rios - 38/78-SEPL	13/08/78
Icaraíma - 13/08/78-SEPL	13/08/78
Inajá - 40/78-SEPL	13/08/78
Iporã - 41/78-SEPL	13/08/78
Iretama - 42/78-SEPL	05/08/78
Ivaiporã - 43/78-SEPL	13/08/78
Loanda - 45/78-SEPL	13/08/78
Mandaguacu - 46/78-SEPL	13/08/78
Mariluz - 47/78-SEPL	13/08/78
Nova Esperança - 49/78-SEPL	13/08/78
Paranavaí - 51/78-SEPL	13/08/78
Paraisópolis - 52/78-SEPL	11/08/78
Paranacity - 53/78-SEPL	13/08/78
Pérola - 54/78-SEPL	13/08/78
Porto Rico - 56/78-SEPL	13/08/78
Querência do Norte - 59/78-SEPL	13/08/78
Quinta do Sul - 60/78-SEPL	05/08/78
São Carlos do Ivaí - 63/78-SEPL	13/08/78
Santo Inácio - 64/78-SEPL	13/08/78
São Mateus do Sul - 66/78-SEPL	28/07/78
Sertaneja - 67/78-SEPL	02/08/78
Tapira - 68/78-SEPL	13/08/78
Terra Rica - 69/78-SEPL	13/08/78
Guapirama - 76/78-SEPL	24/08/78
Janiópolis - 77/78-SEPL	13/08/78
Ribeirão do Pinhal - 79/78-SEPL	15/08/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 104/78

Curitiba, 20 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios abaixo especificados, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana.

MUNICÍPIOS	Data da celebração
Altônia	04/08/78
Alto Paraná	04/08/78

Alto Piquiri	04/08/78
Arapongas	04/08/78
Araruna	04/08/78
Astorga	04/08/78
Cafeara	04/08/78
Centenário do Sul	04/08/78
Cidade Gaúcha	04/08/78
Colorado	04/08/78
Cruzeiro do Oeste	04/08/78
Flora	04/08/78
Flórida	04/08/78
Francisco Alves	04/08/78
Goioerê	04/08/78
Grandes Rios	04/08/78
Guairacá	04/08/78
Guaraci	04/08/78
Iguaraçu	04/08/78
Inajá	04/08/78
Iporã	04/08/78
Itaguajé	04/08/78
Itaúna do Sul	04/08/78
Jaguapitã	04/08/78
Japurá	04/08/78
Loanda	04/08/78
Lobato	04/08/78
Lupionópolis	04/08/78
Mandaguari	04/08/78
Maria Helena	04/08/78
Maringá	04/08/78
Miraselva	04/08/78
Moreira Salles	04/08/78
Nossa Senhora das Graças	04/08/78
Nova Londrina	04/08/78
Paraíso do Norte	04/08/78
Paranacity	04/08/78
Planaltina do Paraná	04/08/78
Porto Rico	04/08/78
Rolândia	04/08/78
Rondon	04/08/78
Sabáudia	04/08/78
Santa Cruz do Monte Castelo	04/08/78
Santa Inês	04/08/78
Santa Isabel do Ivaí	04/08/78
Santo Inácio	04/08/78
São Carlos do Ivaí	04/08/78
São Jerônimo da Serra	04/08/78
São João do Caiuá	04/08/78
São Pedro do Paraná	04/08/78
Tamboara	04/08/78
Tapejara	04/08/78
Tapira	04/08/78
Terra Boa	04/08/78
Terra Rica	04/08/78
Tuneiras do Oeste	04/08/78
Umuarama	04/08/78
Uniflor	04/08/78
Uraí	04/08/78
Xambrê	04/08/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 582/78, do Senhor Doutor Gastão Natal Simone, Secretário de Saúde e Bem Estar Social, do Município de Maringá, encaminhando relatório, dos serviços prestados por aquela Secretaria, referente ao mês de agosto de 1.978.— **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor Francisco Marques, comunicando aos Senhores Parlamentares, que encontra-se instalado em Uraí—Pr. à Avenida Brasil, n.º 726 — fone 41-1416, Caixa Postal n.º 11, mais um órgão de imprensa, no Estado do Paraná “Jornal Regional”, comunica que estará à disposição dos Senhores Deputados para qualquer trabalho, como assinaturas, anúncios, publicações, publicidade e outros serviços.

Ao Conhecimento da Casa.

Sob o n.º 100/78 da Senhora Terezinha C. Agostini, 1.ª Secretária da Câmara Municipal de Coronel Vivida, encaminhando a este Poder Legislativo, indicação do Vereador Pedro Mezzono referente a preservação das matas no Estado do Paraná.— **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 144/78, do Senhor Celso Gomes Corrêa, Presidente da Câmara Municipal de Mandaguaiçu, e conforme requerimento autenticado pelos seus nove Vereadores, todos pertencentes ao Partido da Aliança Renovadora Nacional, vem com todo o respeito, apelar ao espírito esclarecido dos Senhores Parlamentares, no sentido de interceder junto ao Excelentíssimo Governador do Estado, para que, encontre urgentemente uma solução satisfatória para ambas as partes no impasse entre os Professores do Estado do Paraná e o Governo.— **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 154/78 do Senhor Doutor Iwerson Chiuratto, Presidente da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, no qual participa aos Senhores Parlamentares que, em Sessão ordinária daquela Câmara, realizada no dia 22 do mês próximo passado, foi apresentado manifesto, hipotecando irrestrita solidariedade à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre problemas ecológicos, alertando-a para que medidas enérgicas sejam tomadas, a fim de coibir, definitiva e permanentemente o crime que se está cometendo com a depredação e desequilíbrio ecológico de uma vasta área.— **Ao conhecimento da Casa.**

TELEX:

Nos seguintes termos:

Assembléia Legislativa Cearah vg atendendo proposição autoria Senhor Deputado Alfredo Marques bancada mdb este Estado transmite apelo vossencia sentido sejam enviados esforços objetivando revogação lei número 6339 de pro primeiro de julho de 1978 que estabelece normas relativas processo eleitoral — Cordiais Saudações — Deputado Paulo Benevides — Presidente.— **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 116/77.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1978.

(a) Nelson Buffara.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 157/78.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1978

(a) Ivo Thomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 120/74, de sua autoria, em regime de urgência, que visa criar o Distrito de Rosário, no Município de Grandes Rios, já relatado com parecer favorável da C.C.J.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1978.

(a) Fabiano Braga Côrtes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor OLIVO BEAL, ocorrido no dia 26 de setembro, na cidade de Toledo.

Seu passamento causou grande consternação naquela comunidade.

Requer, igualmente, que deste ato, dê-se conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1978.

(a) Egon Pudell.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, que se consigne na ata dos trabalhos legislativos de hoje, um VOTO DE LOUVOR à REDE GLOBO DE TELEVISÃO, pela apresentação do programa "GLOBO REPORTER", dia 26 do mês em curso, da excelente reportagem que reproduz fielmente a dramática extinção das Baleias, em nosso País — valendo como séria advertência às autoridades federais e estaduais, responsáveis pela preservação da fauna marítima brasileira.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência à direção da TV-GLOBO e aos responsáveis pelo Tele-Jornal "GLOBO REPORTER".

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1978.

(a) José Domingos Scarpelini.

JUSTIFICATIVA:

Nesta época, em que se verifica, nos quatro cantos da terra, a preocupação maior de se preservar o que ainda resta no reino animal — e, de modo especial as riquezas representadas pelos espécimes marítimos, notadamente a baleia, a reportagem inserida em "GLOBO REPORTER" aborda com seriedade a absoluta fidelidade o abuso que se verifica em águas nacionais, no que tange à pesca dessa cetáceo, feita sem previsões e de forma altamente prejudicial, evidenciando a necessidade de se ampliar a fiscalização dos órgãos competentes — os quais deverão impor pesadas multas aos infratores e, em caso de reincidência, até mesmo o cancelamento de suas licenças para a pesca.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserto um voto de aplausos ao erudito escritor paranaense, Professor Pedro Ricardo Dória, pela edição de sua obra ENERGIA NO BRASIL E DILEMA DO DESENVOLVIMENTO.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1978.

(a) Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

Os problemas do esgotamento das fontes energéticas e da exploração das mesmas com vistas ao desenvolvimento, tem preocupado seriamente a todos.

Por isso, muitos se esforçam, idealisticamente, no sen-

tido de conscientizar as autoridades e o povo da importância de tomadas de posição a respeito.

Dentre estes, o eminente escritor e Professor da Faculdade de Administração e Economia da Universidade Católica do Paraná, Pedro Ricardo Dória, se resalta ao trazer à lume a sua obra ENERGIA NO BRASIL E DILEMA DO DESENVOLVIMENTO. Com conhecimentos notáveis enfoca em seis capítulos: A Crise de energia, Ecologia e perspectivas; A crise e o desenvolvimento brasileiro; Importância crescente da eletricidade e a opção nuclear; Amadurecimento do setor elétrico acompanhou o desenvolvimento brasileiro; Caminhos para o futuro e Inquietações e respostas sobre o futuro.

Justo, portanto, que reconheça esta Casa, o excelente trabalho através da consignação de um voto de aplausos, ao ilustrado autor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, solicitando informações sobre o modo como se processará a ratificação dos Títulos de Propriedade expedidos pelo Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná — GETSOP, na Região da Faixa de Fronteira.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1978.

(a) Deni Schwartz.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Jayme Canet Júnior, M.D. Governador do Estado do Paraná, solicitando estudos para a inclusão, no Plano Rodoviário Estadual, da estrada que interliga a PR-473 à PR-182, passando pelas localidades de Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança, no Município de Dois Vizinhos, Nova Prata no Município de Salto do Lontra e Flor da Serra, no Município de Realeza.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1978.

(a) Deni Schwartz.

JUSTIFICATIVA:

A estrada ora sugerida, não só interligará uma das regiões mais férteis do Sudoeste, o Vale do Baixo Iguaçu, como facilitará o acesso às futuras Usinas de Salto Caxias e Capanema, ambas em estudos pela COPEL, além de ligá-las às de Cruzeiro (em estudos), Chopim II e Osório, permitindo uma utilização maior das instalações destas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado e Doutor GASTÃO DE ABREU PIRES, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, solicitando-lhes seja aprontada mensagem propondo aumento de vencimentos aos servidores do Estado, a partir de 1.º de janeiro de 1979, a tempo de ser apreciada pela Assembléia Legislativa antes do recesso de dezembro.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Todas as fontes de informação, inclusive aquelas ligadas ao Governo, já admitem que o índice inflacionário do corrente ano deverá beirar à casa dos 40% (quarenta por cento).

Os servidores públicos de nosso Estado, ano a ano estão sendo prejudicados com a remessa da mensagem propondo reajuste nas tabelas de vencimentos, após o recesso de dezembro, fato que retarda a implantação do aumento em folhas, resultando na retenção indevida do numerário que de fato já lhes pertence, por prazos de até cinco meses.

Com os dados estatísticos obtidos de fontes oficiais, até o final de setembro, e com a elaboração da Lei de Meios para 1979, o Governo terá em mãos os subsídios suficientes para elaborar anteprojeto de lei visando reajustar os vencimentos dos servidores públicos do Estado.

Sabe-se que em São Paulo, onde houve, no início do corrente ano, Reclassificação Geral de Cargos, já está tramitando projeto de lei reajustando os vencimentos de seus servidores.

Já afirmamos que não cabe aos funcionários públicos de nosso Estado, arcar com a responsabilidade dos possíveis prejuízos sofridos em decorrência da seca, geada, ou outros quaisquer fatores que tenham influido na queda de arrecadação.

Se perdoamos, através da Lei n.º 7020/78, os devedores do I.C.M., por que não devemos prestigiar, também, nestes momentos difíceis, os Servidores Públicos?

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 162/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam canceladas as penalidades que, a qualquer título, foram aplicadas, no período de 18 de setembro de 1978 até a vigência da presente lei, aos servidores públicos estaduais definidos nos incisos I, II, e III, do Art. 2.º, da Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976.

Parágrafo único. O disposto neste Artigo, aplica-se, igualmente, ao pessoal docente de que trata o Decreto n.º 1495, de 16 de fevereiro de 1976.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1978.

(a) Accioly Neto.

JUSTIFICATIVA:

Oral em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, inscrito.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É do meu entendimento que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não pode, de forma alguma, permanecer inerte diante da situação criada entre os membros do Magistério e a administração estadual.

É que, não cabe apenas ao Poder Judiciário decidir em torno de controvérsias jurídicas e pertinentes ao Direito.

No caso, à Justiça compete julgar o mérito das questões controvertidas. Neste sentido, já se sabe, — porque de domínio público —, tramita no Poder Judiciário mandado de segurança interposto pelos professores, em razão das penalidades que vieram a ser aplicadas pela Secretaria de Educação e Cultura, em consequência, possível consequência, de participação em Congresso realizado pela classe.

Ao Poder Judiciário caberá, no âmbito deste mandado de segurança, discutir dois aspectos, que são os fundamentais da questão, a saber: primeiro, se realmente os professores tiveram direito líquido e certo violado e, posteriormente, entrará no mérito da questão propriamente dita para julgar, em definitivo, se tinha o Estado, ou não tinha, condições legais de efetuar as punições que já aplicou.

Mas, de outra parte, cabe também ao Poder Legislativo,

na medida da competência que lhe é atribuída pela Constituição, manifestar-se sempre que parcela da população do Estado, encontra-se em situação quase que de beligerância, em relação ao Poder Executivo.

E é este o quadro que vive o Paraná hoje: profundamente dividido. De um lado a administração estadual, de outro, uma classe das mais representativas da sociedade paranaense, a se degladiarem em torno de relações comuns. Porque o que é inegável e indiscutível é que a reivindicação do magistério — e não é preciso entrar a fundo na questão, nada mais é do que um pedido da classe, no sentido de que as relações jurídicas entre ela e o Estado, sejam reguladas nos termos do ordenamento jurídico positivo, que esta Assembléia já forneceu ao Poder Executivo, mediante a Lei Complementar número 7, de 22 de dezembro de 1976, que consubstancia o Estatuto do Magistério.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho e tenho convicção de que neste momento histórico em que há uma divisão profunda no Estado, devemos nós, representantes do povo, nos anteciparmos a uma eventual decisão célere da Justiça, em torno do mandato de segurança impetrado pelos professores punidos. E tal antecipação não vai constituir graça nem favor por parte dessa Assembléia.

Como também não tem a característica de pedido de clemência, eventualmente dirigido ao Governador, através do projeto de lei aprovado.

O que pretendo com o projeto que submeto a esta Assembléia Legislativa é tão somente, valendo-me de tradicional instituto de direito administrativo, qual seja o cancelamento de penalidade imposta a servidor, tentar sensibilizar o Chefe do Poder Executivo, para que ele, provocado, possa então, num gesto de grandeza, estabelecer uma ponte que una novamente o magistério e a administração estadual.

Sr. Presidente, requeiro à Mesa que as notas taquigráficas do pronunciamento que ora faço, sejam anexadas para os fins regimentais, ao projeto de lei, a guisa de justificativa.

Era só. (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): Estamos vivendo um movimento histórico sem precedentes na luta preservacionista. Com satisfação quero registrar o que devemos reputar o maior acontecimento dos últimos anos em favor dos recursos naturais, com reflexos sobre a economia do Estado e a condição de vida do povo. Trata-se da oficialização do Parque do Marumby, enunciada pelo Governador Jayme Canet Júnior num momento decisivo, quando a Baía de Paranaguá já apresenta sintomas de assoreamento e a ganância de alguns, se põs a dizimar o pouco que ainda resta das essências naturais centenárias na área da Serra do Mar. Tomando esta medida, ao abrir o I Simpósio Nacional da Ecologia, o Governador paranaense acaba com um período de quase meio século de inércia e ao mesmo tempo, dá um exemplo ao País de autosuficiência na solução dos próprios problemas desta parcela da Federação.

A luta em defesa do Parque Marumby é antiga e cheia de lances inolvidáveis, desde quando as primeiras referências foram feitas pelo historiador Romário Martins. No entanto a maior consagração pertence a um pesquisador já falecido, o mestre Reinhard Maack, autor de vários trabalhos reivindicatórios da preservação de área da Serra do Mar com a visão correta e racional, de que correm perigo as Baías de Antonina e Paranaguá, bem como os mananciais que abastecem de água a região metropolitana de Curitiba. A idéia não ganhava os contornos definitivos nas sucessões de Governos e aos poucos arregimentava maior número de adeptos, até o momento em que se revela um grupo muito grande e de atuação destacada,

sob a liderança do geólogo João José Bigarella.

Acredito também que o papel construtivo da imprensa, gerando o debate e estimulando a criação de uma consciência em favor da causa, teve sem dúvida, a parcela superior em toda a campanha. Falou mais alto do que qualquer voz, porque externou as necessidades, os perigos. Até aqui refiro-me à participação dos veículos de comunicação de um modo geral. Porém é imperioso não esquecer o trabalho do jornal "Gazeta do Povo", onde a liderança consciente do seu diretor, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, foi o principal apoio para a criação do Parque e a defesa do meio ambiente de um modo geral. São centenas de reportagens, artigos e editoriais. Quando o assunto Parque estava para cair no esquecimento, aparecia irredutível a posição do tradicional jornal paranaense, fazendo ver que se tratava de uma medida irrenunciável. Não era um dos mais relevantes do editorial, o jornalista foi buscar a palavra dos que se manifestavam contra a criação da reserva. Externou os argumentos, inclusive dos que desejavam a criação de uma "Floresta Nacional" com dimensões mais restritas, permitindo a exploração de recursos naturais disponíveis. Enfim, correu perigo, mas não desanimou e por isso desejo prestar homenagens a esse comportamento irredutível, cujo atestado está nas páginas grafadas quase diariamente com referência ao Marumby.

Em nossa posição parlamentar, nunca descansamos também na defesa do Parque, e disso a própria autoridade Governamental está consciente. Entendemos que se tratava sempre de uma situação em primeiro lugar de ordem de segurança, pois com a estrutura ambiental minada, aparecem o caos social e econômico. Devemos pensar nas conseqüências de um Porto de Paranaguá entupido pelos detritos que descem da Serra, totalmente desmatada. O escoamento da produção sem opções diferentes e milhares de empregos extintos. Do lado de Curitiba, as reservas de água se esgotando, porque nas cabeceiras dos rios serranos não existe mais mata. E uma experiência que não estaríamos longe de assistir e não o estaremos, caso as autoridades não adotem as providências fiscalizadoras colocadas no papel e que vai implicar num investimento anual de dois milhões e cem mil cruzeiros. É preciso agir imediatamente com severidade, porque estão desmatando às vistas de qualquer um. Basta descer a serra pela Rodovia BR-277, para se verificar que caminhões de toras retiram centenas de toneladas diariamente. Isso ocorre também por outras vias, quer asfálticas ou não. As queimadas, derrubadas feitas em caráter urgente devido a iminência do ato de criação da reserva oficial da Serra do Mar, tem se multiplicado. Esta é uma advertência para que organismos competentes tomem providências cabíveis, do contrário, o imenso parque florestal, será assumido pelo Poder Público, tal como um corpo todo ressequido, pela constante e "apurada" agressão.

Quero insistir também sobre a necessidade desta Assembléia Legislativa estimular a urgente aprovação do projeto de lei que há poucos dias apresentei, em benefício da defesa ambiental do Paraná. Esse dispositivo vai atender a necessidade sócio-econômica e proteger com rigor o uso apropriado dos recursos naturais, sem que haja desequilíbrio ecológico. Tal iniciativa soma-se a outras de caráter complementar, bem como uma estabelecida pelo Governo do Estado, que torna obrigatória a reserva de pelo menos 25% de qualquer área de terreno com florestas.

Finalmente, é imprescindível lembrar neste momento que está na alçada de todos os paranaenses conhecer melhor, através de pesquisas, as verdadeiras condições do solo litorâneo para saber sobre determinadas medidas que se pretende adotar. Trata-se ainda de mais um alerta que por enquanto sugere a impraticabilidade da cultura de certos produtos agrícolas nos terrenos íngremes da própria encosta serrana do mar e próximo ao oceano. A natureza da cultura, aliada à alta pluviosidade na região, certamente irão agravar o fenômeno da erosão, praticamente

anulando as condições de favorabilidade geradas pela proteção da Serra do Mar com a implantação do Parque."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao terceiro orador inscrito, Senhor Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O período pré-eleitoral evidentemente não enseja uma possibilidade maior de se prestar atenção a determinados detalhes que estão ocorrendo no Paraná, o que é curioso, porque o Governador do Estado, transformado em grande cabo eleitoral, correndo o Paraná de ponta a ponta, usando ostensivamente a máquina do Governo para fazer campanha, é evidente que deveria estar a par de certos detalhes que ocorrem, e esta Casa já abordou em oportunidades outras, a questão do milho no Paraná, ausência essa suprida hoje pela importação de dois milhões de toneladas, dos quais, a metade pelo Porto de Paranaguá, o que vem dar um novo alento àquele terminal de carga e descarga da região sul do Brasil.

Entretanto, Senhor Presidente, ocorre que está havendo uma destinação deste milho importado para as fábricas de rações e para os entrepostos que atendem os criadores de aves e suínos. E, se nós observarmos, vamos perceber que 70% do fubá consumido no Brasil, provém do parque moageiro do Paraná, e entretanto, este parque moageiro atravessa hoje, uma crise violenta, Senhor Presidente, inclusive com a perspectiva próxima da paralisação das suas atividades por total falta de matéria prima.

Neste sentido, estamos recebendo e estamos encaminhando, para o conhecimento da Casa, cópia de Telex, dirigida pela Associação Comercial e Industrial do Paraná, ao Sr. Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, no seguinte teor:

Tomamos a liberdade de solicitar empenho de V. Ex.^a, no sentido de que o parque moageiro de milho paranaense, venha a ser incluído na distribuição das cotas de milho importado. Como é do conhecimento de V. Ex.^a, os moinhos do Paraná, respondem por 70% da produção de fubá e outros derivados do milho, consumidos no País e estão na iminência de paralisarem as suas atividades, por completa falta de matéria prima.

Saudações.

Assina, Sidney Meneguetti, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá.

A par disto, no dia 18 de setembro, a Câmara Municipal de Maringá vem aprovar, por unanimidade, um expediente no mesmo sentido, Sr. Presidente, solicitando das autoridades federais, mas, solicitando, também, do Sr. Governador do Estado uma tomada de posição, e, mais que uma tomada de posição, uma solução desde que, o Ministério da Indústria e Comércio, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda, colocaram o Governo do Estado como intermediário entre os organismos federais e as entidades que se dedicam à transformação dessa matéria prima, no sentido de que seja dada uma pronta solução a este problema; porque os males advirão daí, Sr. Presidente, entre a falta de abastecimento das áreas metropolitanas de São Paulo, Rio, Belo Horizonte, que são abastecidas com fubá e derivados de milho, produzidos no Paraná.

A par disto, nós teremos a possibilidade de um desemprego de 3 mil trabalhadores, afetando 15 mil pessoas, apenas, neste setor e, é uma mão-de-obra, se não qualificada mas, também, não é totalmente desqualificada.

Teremos a paralisação no setor de transportes, onde 50 mil toneladas, mensalmente, são conduzidas dos centros produtores do Paraná, para os centros consumidores de São Paulo, Rio, Belo Horizonte e, além do que, o Paraná, responsável direto pela produção de 70% do total consumido no Brasil, sem contar a evasão e a quebra, violenta, no ICM, que já se tem notado em todo Estado.

É preciso que mesmo nesta fase em que o Poder Legislati-

vo funciona com os percalços normais de uma campanha eleitoral em andamento, é preciso, Srs. Deputados, que o Poder Legislativo tome uma posição, exigindo um tratamento adequado às necessidades do Paraná e, muito mais do que às necessidades do Paraná, às necessidades de toda a região Sudeste, porque se o Paraná é o grande produtor, a região Sudeste, é a grande consumidora. E já se disse, em muitas e muitas vezes, que as grandes crises nas áreas metropolitanas, começam, exatamente, no preciso momento, em que as autoridades que estão instaladas em Brasília, longe, distantes da realidade nacional, se esquecem de estimular, de incentivar e, acima de tudo, de zelar pelos interesses do interior brasileiro que, com a sua produção, com o seu trabalho, com a sua dedicação, acabam por dar condições de vida às regiões que se metropolizam, aceleradamente, neste País e que causam uma séria preocupação a todos nós.

Era este o sentido da manifestação que fazemos desta tribuna.

Muito obrigado pela atenção. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Senhor Diretor Presidente da Televisão Paranaense
Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho

NESTA

Reiteradas vezes as câmeras da Televisão Paranaense, Canal 12, tem comparecido à Assembléia Legislativa para focalizar a figura do Deputado José Domingos Scarpelini nas suas veementemente críticas ao Movimento Democrático Brasileiro.

Tem, assim, o conhecido órgão de imprensa da Capital, transmitido para todo o Estado e o País, os ditos e conceitos daquele parlamentar, que outro objetivo não tem senão o de deslustrar a boa imagem do partido da oposição.

Todas as vezes que determinados fatos políticos acontecem, registra-se o comparecimento da TV para dar ampla cobertura ao Deputado. A coincidência tem causado profundo mal estar aos parlamentares emedebistas que, ainda ontem, assistiram estarecidos, às acusações do Deputado de sua tribuna e através do vídeo, ontem à noite e hoje ao meio dia, em reprise, trechos que interessavam à direção da TV Paranaense, publicar.

Omitindo a crítica que o Deputado também fez ao partido do Governo, segundo a qual “pessoas disputam o direito de negociar seu voto em troca de cargo ou negócio”, perde a TV Paranaense o requisito imprescindível à boa imprensa: a imparcialidade.

Estaria o conceituado órgão de imprensa a serviço da Aliança Renovadora Nacional? Por ventura não é a imprensa o porta-voz da comunidade?

Não queremos que a imprensa, o conceito vigoroso do eminente Professor Roberto Lira: “Transformada em alta indústria, sujeita-se à trama capitalista. A gerência de um jornal é um balão, por onde entra a matéria paga que a tudo pretere, na razão direta da circulação da clientela”.

Pretendemos dar à TV Paranaense a oportunidade de restabelecer seu prestígio. Nesta tribuna estaremos, no exercício do nosso indeclinável dever, quarta-feira, 04 de outubro próximo futuro, às 15 horas, para levar ao conhecimento do Estado do Paraná, fatos que interessam à vida deste Estado e à Nação brasileira.

Contamos com a presença das Câmeras da TV Paranaense, porque só assim, através tratamento igualitário, será restaurado o conceito que o seu público lhe tem dedicado.

O princípio do contraditório, que se resume na expressão, “ouça-se a parte contrária”, é por excelência democrático. Atenciosamente,

(a) Deputado Waldenício Barbalho”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta carta deveria ter sido lida ontem. Como não houve sessão, por falta de “quorum”, eu a li hoje. E espero o comparecimento da TV Paranaense, quarta-feira, tal como já disse na carta.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Antes de encerrar a Hora do Expediente, a Presidência sente-se no dever de informar o Plenário: o Projeto de Lei n.º 131/78, consequência de Mensagem Governamental que transforma a Junta Comercial do Estado do Paraná em Autarquia, teve por ocasião da sua remessa a esta Casa, invocado pelo Sr. Governador do Estado, dispositivo constitucional, através do qual, S. Ex.^a reivindicou o prazo fatal, de 45 dias para a sua apreciação por este Plenário.

A referida mensagem foi expedida do Palácio Iguaçu em data de 14 de agosto do corrente ano. Em mãos da Presidência no dia 16, que a despachou e a protocolou no dia 17, e encaminhada como de praxe, para a sua autuação ao Departamento Legislativo, foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, onde lá se encontra segundo a Presidência apurou, com o Sr. Relator, Deputado Gilberto Carvalho, tendo ele já emitido o seu Parecer, que não foi todavia, objeto de deliberação da CCJ, por falta de número.

E em consequência, tendo deixado de se reunir.

Ocorrendo que, o prazo vence no próximo dia dois de outubro, a Presidência deseja isentar-se de responsabilidade, por não haver incluído a matéria na Ordem do Dia, porquanto sequer, uma das Comissões Permanentes da Casa emitiu como regimentalmente, se exige, parecer.

A Presidência tem o dever de encarecer dos eminentes Srs. Deputados, que dêem a sua quota de sacrifício para as reuniões das Comissões Técnicas, já que a Presidência não pode absolutamente, não desejaria fazê-lo, apelar para que as sessões plenárias tenham número suficiente, “quorum” regimental para as deliberações. Mas, tem a Presidência por outro lado, o dever de conclamar os Srs. Deputados, para que ajudem-na a colocar a matéria em pauta, ensejando pelo menos a sua discussão em Plenário. Quanto à sua deliberação a esta, a Presidência nada poderá alcançar porque depende da vontade de cada um dos Srs. Deputados, integrantes de ambas as bancadas.

Lembra também a Presidência que outras matérias, oriundas de Mensagens Governamentais, estão com o prazo constitucional invocado pelo Chefe do Poder Executivo. E para isentar, a Presidência sobre a decorrência de prazo, sem que o Plenário tenha tido a oportunidade de discutir a matéria, a Presidência reitera o apelo no sentido de que, as matérias, nessas condições, pelo menos estas, recebam das Comissões Técnicas, pareceres, e possam regimentalmente, ser colocadas em pauta e posteriormente, na Ordem do Dia.

Era a comunicação que a Presidência deveria fazer.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente.

A comunicação que nos faz V. Ex.^a é acima de tudo, lamentável. E talvez mais do que lamentável é entristecedor que este Poder Legislativo já sem muitas atribuições, deixe de executar aquelas que ainda lhes restam no texto Constitucional.

E o grave, Sr. Presidente, é que os Srs. Deputados de forma generalizada, e até eu me incluo nisso, não souberam aprender que a História só deve se repetir quando representada por fatos significativos. Mas, se deve sempre impedir a repetição da História, quando ela é constituída por fatos deploráveis. E hoje, Sr. Presidente, estamos a assistir uma repetição da História, constituída por fato deplorável.

É que, em fins da Legislatura passada, esta Assembléia Legislativa, deixou passar “in albis”, um projeto de lei oriundo do Poder Executivo, tratando da reforma administrativa; e que acabou por se transformar, em face do decurso de prazo, na catastrófica Lei 6.636, que emperrou, em definitivo, a máquina

administrativa.

E agora, no mesmo período, Sr. Presidente, em fins de uma Legislatura, por inépcia, por irresponsabilidade, um projeto de lei oriundo do Poder Executivo, da mais relevante importância, porque modifica a situação jurídica de um órgão do Estado, também se permite, este Poder Legislativo, dar-se ao luxo de sobre ele não deliberar, para que se transforme, provavelmente, numa lei que mais tarde, com segurança, posso afirmar, também a exemplo da 6.636, será profundamente lamentada.

Nestas condições, Sr. Presidente, eu requeiro a V. Ex.^a, que faça, como Chefe deste Poder, uma comunicação às Comissões Técnicas e, em especial à Comissão de Constituição e Justiça, para que, se não quer cumprir as suas obrigações, faça, ao menos, por respeitar o Regimento Interno, na parte que diz respeito aos prazos que as Comissões possuem para se manifestar sobre o projeto. Porque, se é lícito como diz V. Ex.^a, aos Deputados exercerem seu mandato de acordo com sua vontade, já não é lícito, que o exercício desse mandato, se faça ferindo frontalmente ao Regimento Interno.

Era esta a questão de ordem que eu tinha a propor a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência anota.

A Presidência deseja, na sequência, lembrar às lideranças de ambas as bancadas, que está por se esgotar o prazo de indicação de membros que deverão compor as Comissões Especiais, incumbidas de emitir parecer sobre duas Proposições de Emendas à Constituição do Estado, a Proposição 184, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni e a Proposição de Emenda à Constituição, de número 181, proposta pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio.

Fica o apelo às lideranças, para a indicação dos membros que deverão compor as ditas Comissões Especiais.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 20 Srs. Deputados.

O SR. NILSO SGUAREZI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu queria perguntar à Mesa, se hoje não há horário reservado às lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência mais uma vez se curva e consulta as Lideranças, inicialmente a do MDB sobre se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado. (Assentimento). — Desejando, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, inicialmente para concordar com o nobre Deputado Accioly Neto, quanto a esse episódio lamentável de matérias que não chegam a vir a Plenário, esgotarem-se pelo decurso de prazo constitucional.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, deixar patenteado, desde já, o integral apoio da bancada do MDB ao projeto de lei apresentado nesta data pelo Deputado Accioly Neto. E formular um apelo, Sr. Presidente, à Mesa Executiva e à Liderança da ARENA para que esta Casa possa reencontrar os seus caminhos.

Usando de coerência, o MDB ao apoiar o projeto do Deputado Accioly Neto, pretende, evidentemente, discutí-lo e votá-lo.

Surge, assim, Sr. Presidente, a oportunidade de haver "quorum" nesta Casa, e baseando-nos em antecedente verificado aqui neste Plenário, quando da votação do Estatuto do Magistério, nós formulamos um apelo à Mesa, para que dispense o parecer das Comissões Técnicas, e se ganhe tempo, fazendo com que este parecer seja dado em Plenário, na próxima terça-feira, para que assim na próxima quarta-feira, o projeto do Deputado Accioly Neto possa ser discutido e votado.

Estará aí, Sr. Presidente, a possibilidade de nós votarmos toda a matéria existente na Casa, porque é de interesse de nossa bancada e também por coerência, já que o que nos tem levado a obstruir o "quorum" regimental é o fato de não terem os professores até o momento, recebido uma anistia do Executivo.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui assumido o compromisso desta bancada e desta Liderança, e o apelo também à Presidência desta Casa, para que este projeto apresentado hoje, tenha a seriedade necessária, a fim de que, formalizado, venha na terça-feira em Plenário e designe V. Ex.^a relatores especiais para que, em Plenário, sejam dados os pareceres e possa este projeto, já na próxima quarta-feira ter a apreciação, discussão e votação.

Estará, Sr. Presidente, se isto acontecer, na próxima terça-feira, a bancada do MDB, dando número às votações e as discussões da matéria que se encontra na Casa, porque, como disse, o objetivo de nossa bancada, o objetivo desta Liderança é fazer com que os professores do Paraná tenham uma consideração que eles merecem e tenham um tratamento que, afinal de contas, é pertinente e é de competência desta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, fica formulado o apelo e o compromisso de que se este projeto assim for tratado, estaremos aqui dando o "quorum" necessário, para que se verifique a discussão e votação da matéria.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, sobre se deseja ocupar o espaço de tempo que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso para falar no espaço reservado à Aliança Renovadora Nacional.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna, especialmente para fazer um registro que não poderia deixar de fazê-lo, por entender da relevância, do interesse e do alcance de uma região que represento.

Trata-se das obras iniciadas, de construção das estradas que ligarão por via asfáltica, Paranacity-São João do Caiuá; Paranacity-Santo Antônio do Caiuá e Paranacity-Inajá.

Aquela região Norte do Estado, lá nas divisas com São Paulo com estas estradas, nós teremos todas as sedes dos municípios interligadas por estradas asfaltadas.

Nós que chegamos aqui em 1970 e tínhamos como reivindicação principal, naquela região de Nova Esperança, Colorado, Santo Inácio e mesmo Maringá, reivindicação que atingia também os interesses de Paranaíba, a região noroeste, era a pavimentação da estrada de Nova Esperança, Uniflor, Cruzeiro do Sul, Paranacity, Colorado, Santo Inácio.

Muito embora esta estrada tivesse sido solicitada tantas outras vezes em anos anteriores, nós a tivemos construída no Governo de Jayme Canet. Mas não esperávamos que além desta, estradas como as que me referi, ligando municípios pequenos, a exemplo da estrada também Nova Esperança-Flórida-Atalaia-Santa Fé e Guaraci, praticamente pronta.

Quando nós ficamos cerca de 10 anos, de 60 a 70, pedindo uma ponte sobre o Rio Pirapó, interligando os municípios de Flórida e Atalaia, nós temos agora a ponte e uma estrada asfaltada. Tantas obras realizadas, autorizadas, construídas, nesse Governo, na nossa área de atuação política e fora dela, que tenho deixado de vir aqui à tribuna não é até de meu costume. Mas não podia deixar de fazer aqui este registro que eu faço, transmitindo a alegria de uma vastíssima região do Paraná, dizendo o nosso muito obrigado ao Sr. Governador do Estado.

Referindo-me à carta lida há pouco pelo Deputado Waldenício Barbalho, dirigida ao Sr. Diretor Presidente da Televisão Paranaense, Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, eu apenas queria dizer ao ilustre Deputado, que eu tenho certeza que o Canal 12 estará aqui na próxima quarta-feira,

dia 4 de outubro próximo, às 15,00 horas, quando Vossa Excelência comunica ao Sr. Diretor daquela Televisão, e a esta Casa, de sua presença na tribuna da Assembléia, para falar de assunto importante para o Estado do Paraná.

A "Gazeta do Povo" e o Canal 12, dirigidos por Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, são órgãos que orgulham a Imprensa do Paraná e a todos nós. Sempre presentes aos principais acontecimentos paranaenses e brasileiros; podemos até dizer, quase que imparcial nas suas notícias. Há poucos minutos, o Deputado Losso, se referindo à cobertura dada por essa mesma imprensa, nesse movimento que o Paraná se une ao Brasil, na proteção das nossas terras, da nossa fauna, da nossa ecologia, enfim, e fazendo referência ao papel relevante do Dr. Francisco da Cunha Pereira, também mais nesta campanha de alcance nacional.

Portanto, apenas para dizer e acreditar que não houve nenhuma intenção do Deputado Waldenfcio Barbalho, nosso amigo de tantos anos de Paranaíva, Nova Esperança, não houve nenhuma outra intenção senão a de realmente contar aqui com a presença do Canal 12, para transmitir a sua imagem a todo o Estado do Paraná, o que será bom para Vossa Excelência, e pra todos nós.

O Sr. Waldenfcio Barbalho — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Permito com satisfação.

O Sr. Waldenfcio Barbalho — Inicialmente para dizer a Vossa Excelência, que me solidarizo, em parte, com o pronunciamento de Vossa Excelência, no que diz respeito à atuação do Governo do Estado do Paraná, com referência às estradas, ligando Paranaíva a São João, a Santo Antônio-Inajá. Esperamos que o Governo também faça essa ligação, principalmente de São João a Paranaíva, como está fazendo de Santo Antônio ao Município de Terra Rica.

Mas não é apenas o Governo. É preciso que invoquemos aqui, a grande colaboração do Poder Legislativo. Sem o instrumento dado pelo Poder Legislativo, Sua Excelência jamais poderia executar as obras que vem executando em todo o Estado do Paraná. No que diz respeito, nobre Deputado à referência de Vossa Excelência, afirmando que quarta-feira próxima futura estará aqui o Canal 12, eu espero que assim o seja, porque confio nos laços, certamente, de profunda amizade que liga Vossa Excelência ao Diretor Presidente da TV Canal 12. E nessa oportunidade, certamente será restaurado o prestígio da televisão, que em muitas oportunidades, por coincidência, tem dado cobertura ao Deputado José Domingos Scarpelini, que, por coincidência sempre deslustra a boa imagem, assim eu entendo, do meu partido, que é o partido da Oposição, que é o MDB.

Era só, nobre Deputado, e muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Eu é que agradeço. Não tenho, Deputado Barbalho, a menor intenção, nem procuração e nem haveria necessidade de estar aqui para fazer defesa do Canal 12, e mais do que amizade com o seu diretor, Dr. Francisco, eu tenho admiração e acho até que não seria até falta de justiça de nós aqui desta mesma oportunidade, falar do quanto representa o Canal 12 e a pessoa do Dr. Francisco para todo o Estado do Paraná, particularmente no que se diz respeito à comunicação.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento) — Nós estamos ouvindo o seu brilhante pronunciamento e também queríamos nos parabenizar com Vossa Excelência, quando traz a esta Casa, as obras do setor rodoviário desse magnífico Governo, que é Jayme Canet Júnior.

Queríamos apenas, para associar-nos ao pronunciamento de Vossa Excelência, tão bem posto nesta hora onde o Paraná está se projetando cada vez mais, para que também o povo do Paraná soubesse que nós estivemos acompanhando Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, com os seus Secretários e principalmente o Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osires

Stenghel Guimarães, no sábado passado, onde inauguramos uma estrada também sonhada por aquele povo da nossa região, que liga o Vale do Parapanema ao Vale do Tibagi, em estrada que liga Santo Antônio da Platina a São Sebastião da Amoreira, conseqüentemente, a São Gerônimo, Londrina e, também, num futuro próximo, a Pirai do Sul. Inauguramos, com Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, esse trecho, onde foram beneficiadas as cidades de Santo Antônio da Platina, Ribeirão do Pinhal, Nova Fátima, Santo Antônio do Paraíso, Amoreira e Santo, e, conseqüentemente, Abatiá, que também está tendo uma estrada que está prestes a ser terminada. E queria, neste instante, dizer a Vossa Excelência, que a sua voz ecoa no coração dos paranaenses neste momento de redenção, onde a fita asfáltica, o outro negro, o asfalto, está fazendo riqueza, gerando riqueza para o nosso Paraná.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Muito obrigado, eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Encerrando, eu não poderia, também, deixar de fazer o registro das palavras do Deputado Barbalho, quando fala da participação do Poder Legislativo em favor desta grande obra que se realiza no Governo Jayme Canet, em favor de todo o Paraná. Eu gostaria, Deputado Barbalho, também, por um dever até, acredito, de consciência, dizer que Vossa Excelência tem, nesta Casa, também, ao longo desses quatro anos, desempenhado o seu mandato com dignidade, com eficiência, com inteligência e com experiência que traz de Paranaíva, que pode somar aos esforços de tantos outros Deputados nesta Casa, para darem condições para que Jayme Canet pudesse, realmente, construir tanto em todos os setores da atividade da administração pública, que eu tenho certeza que Vossa Excelência também reconhece, e nós reconhecemos da mesma forma, o trabalho e a participação de Vossa Excelência e de sua bancada que, também, talvez, Jayme Canet teria construído menos, se a Oposição tivesse procurado impedir ou dificultar este trabalho.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência acaba de receber e lê, para conhecimento do Plenário, Mensagem n.º 107/78: (Lê):

Curitiba, 28 de setembro de 1978.

Senhor Presidente.

Em vista dos elevados interesses públicos, tenho a honra de, aos termos do parágrafo 4º, do artigo 25, da Constituição Estadual, solicitar a essa augusta Casa de Leis, que as matérias contidas nos planos de lei encaminhados através das Mensagens n.ºs 57/77, de 10/03/77; 23/78, de 15/03/78; 26/78, de 15/05/78, 41/78, de 31/03/78; 67/78, de 12/06/78, 69/78, de 22/06/78, 74/78, de 02/08/78; 83/78, de 1.º/09/78 e 84/78, de 14/09/78, sejam apreciadas no prazo de quarenta e cinco dias, conforme preceitua o § 3.º, do mesmo artigo 25, da Carta Estadual.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

A Presidência exara o seguinte despacho: — Protocole-se.

Segundo: Encaminhe-se ao Departamento Legislativo, para anotar nas respectivas mensagens.

Terceiro: Lido no Expediente da Sessão do dia 28 de setembro de 1978.

Assina o Presidente.

O SR. NILSO SQUAREZI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI — Para informação desta liderança, Sr. Presidente, entende Vossa Excelência que o prazo

constitucional inicia-se a partir desta data?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Perfeitamente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência informa, todavia, que além das Mensagens aqui mencionadas, a cujo dispositivo constitucional o Governador solicita que sejam apreciadas no prazo de quarenta e cinco dias, existem na Casa, outras Mensagens já com o dispositivo constitucional invocado por ocasião da remessa das mesmas. Esta mensagem adita as demais invocando dispositivo constitucional.

A Presidência determina ao Departamento Legislativo, identifique as Mensagens com a matéria de cada uma e faça chegar ao conhecimento das lideranças do Movimento Democrático Brasileiro e da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, eu não quero, absolutamente pôr em dúvida a preocupação das lideranças, tanto da Aliança Renovadora Nacional quanto do Movimento Democrático Brasileiro, em relação a esses projetos de lei, com o prazo constitucional de quarenta e cinco dias para apreciação. Mas me parece, Sr. Presidente, que diante da comunicação feita por Vossa Excelência, ainda há pouco, que seria conveniente para a própria dignidade deste Poder, que os 54 Deputados ficassem preocupados com esses projetos timbrados com prazo de quarenta e cinco dias para apreciação.

Assim eu requeiro à Mesa, Sr. Presidente, que tão logo o Departamento Legislativo faça a identificação das Mensagens consubstanciadas neste ofício do Sr. Governador, que Vossa Excelência proceda a comunicação a cada um dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — a Presidência considera pertinente a questão de ordem do eminente Deputado Accioly Neto e solicita do Sr. Diretor do Departamento Legislativo, faça a comunicação a todos os Srs. Deputados, colocando nos escaninhos destinados à recepção de correspondência de cada um, a referida comunicação com a identificação da matéria.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, devidamente apoiado, constante do expediente. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Desculpe a insistência Sr. Presidente, mas eu havia requerido da tribuna e não sei se Vossa Excelência prestou atenção, que a este projeto fossem anexadas as notas taquigráficas do pronunciamento que fiz em torno da iniciativa. E é isso que eu requeiro então, novamente a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência determina a sessão competente que, por ocasião da autuação do referido projeto de lei, junte o que, da tribuna, como justificativa disse o Sr. Deputado Accioly Neto, já que o referido projeto de lei tem a anotação do autor de que a justificativa seria feita em Plenário e considera-se necessário, para esclarecimento das Comissões Técnicas o conhecimento da mesma, razão pela qual, defere a solicitação do Deputado autor, e solicita seja anexada a sua justificativa feita da tribuna, por ocasião da apresentação do referido projeto de lei.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 141/74, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de FORMOSA D'OESTE, o Distrito Administrativo de Iracema.

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 141/74.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A.

Art. 1.º — Fica criado no Município de Formosa, o Distrito Administrativo de Iracema, com as seguintes divisas:

— Inicia no cruzamento do Ribeirão dos Padres com a estrada Roma, seguindo por esta até a estrada Jacaré, seguindo por esta até a divisa dos lotes n.ºs: 440 e 441; seguindo até encontrar o Ribeirão Jesuíta, seguindo por este, água acima pela sua margem esquerda até alcançar a estrada Figueira; por esta até a estrada Pio XII, seguindo pela mesma, até a estrada Alvorada; seguindo-se por esta até a estrada Marília; descendo pela estrada Marília até alcançar o Ribeirão dos Padres; por este seguindo-se pela sua margem direita, até a estrada Roma, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Requeiro a Vossa Excelência, Sr. Presidente, verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere, e fará verificação de votação.—

(É feita a verificação) (Pausa)

Regimentalmente, a Presidência coloca, antes em votação simbólica:

Em votação o Projeto de Lei n.º 141/74. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.— Aprovado.

Agora, a Presidência atende a solicitação do eminente Deputado, e colocará o projeto de lei em fase de verificação de votação, de forma inversa à consideração do Plenário.

Em votação o Projeto de Lei n.º 141/74.

(É feita a verificação) — (Pausa)

Nove Srs. Deputados o aprovam; três o rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSO — Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere e depois de devidamente alertados os Srs. Deputados, que por ventura se encontrem nas dependências do Palácio XIX de Dezembro, solicita do Sr. Secretário, faça a chamada nominal, para constatação de "quorum" regimental.

(É feita a chamada para verificação de "quorum")

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam a chamada nominal, 18 Srs. Deputados. Há "quorum" para discussão da matéria.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 106/77, Mensagem 88/77, que objetiva estabelecer normas sobre o combate à Febre Aftosa no Estado.— Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 106/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — O Combate à Febre Aftosa é obrigatória em todo o território estadual e far-se-á nos termos desta Lei.

Art. 2.º — A incumbência das atividades de que trata o artigo anterior é da Secretaria de Estado da Agricultura, através de setores especializados.

Art. 3.º — O combate e/ou controle da Febre Aftosa, estender-se-á a todas as espécies animais suscetíveis de contaminação, no território estadual.

Art. 4.º — Os proprietários ou todos aqueles que, a qualquer título, tiveram animais em seu poder, são obrigados a efetuar as vacinações regulamentares, bem como colaborar no levantamento do seu rebanho e executar os serviços de campo, necessários ao Combate à Febre Aftosa.

§ 1.º — A pedido dos proprietários ou possuidores de bovinos, a Secretaria de Estado da Agricultura, poderá efetivar as vacinações ou outras atividades de campo que lhes competem, atinentes a esta Lei.

§ 2.º — Da mesma forma, no caso do proprietário ou detentor de animais sensíveis à Febre Aftosa, negar-se à execução dos trabalhos de que trata este artigo, a Secretaria executá-los-á.

§ 3.º — Em qualquer dos casos estampados nos parágrafos anteriores, a Secretaria será ressarcida pelos trabalhos prestados, devendo o produto correspondente, constituir receita do Fundo de Equipamento Agropecuário, conforme o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 823, de 30 de novembro de 1951.

Art. 5.º — O proprietário, transportador ou depositário de animais contamináveis, fica obrigado a notificar a existência de foco de Febre Aftosa, ao Serviço de Defesa Sanitária Animal da SEAG.

Art. 6.º — Quando constatada a existência da enfermidade, a Secretaria da Agricultura poderá interditar a área de sua ocorrência pública ou privada, proibindo o trânsito de animais de qualquer espécie, bem como tomar outras providências que entenda necessárias.

Art. 7.º — O proprietário ou detentor de animais que se negar a cumprir o disposto no artigo 4.º desta Lei, terá seu estabelecimento interditado, sem prejuízo da aplicação das multas cabíveis.

Art. 8.º — Todo aquele que, de qualquer forma, ainda que por omissão, impedir ou dificultar os trabalhos de Combate à Febre Aftosa, e/ou concorrer para a sua disseminação, fica sujeito à multa de 3 (três) vezes o maior valor de referência vigente no Estado.

§ 1.º — Nos casos de transporte, por qualquer meio ou via de animais não vacinados e/ou contaminados, será aplicado ao proprietário, multa de vinte por cento do maior valor de referência vigente no Estado, sobre cada animal transportado.

§ 2.º — A multa estatuída no parágrafo anterior será aplicada ao vendedor, se, da alienação, não tenham decorridos mais de 3 (três) dias.

§ 3.º — Nenhuma multa será inferior a cinquenta por cento do maior valor de referência vigente no Estado.

Art. 9.º — Todo o proprietário ou responsável legal por frigoríficos e abatedouros em geral, fica sujeito à multa de 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o maior valor de referência vigente no Estado, por animal adquirido e/ou abatido, sem o respectivo atestado de vacina.

Art. 10 — Quando houver multa não recolhida espontaneamente, o proprietário infrator será inscrito na Dívida Ativa do Estado, para execução obrigatória pelo órgão e na forma da Lei específica.

Parágrafo único. Mediante solicitação da Secretaria da Agricultura, a Secretaria das Finanças efetuará a inscrição de que trata este artigo e levará aos procedimentos executórios.

Art. 11 — Os autos de infração à presente Lei serão lavrados por servidores públicos credenciados pela Secretaria da Agricultura.

Art. 12 — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir outras campanhas semelhantes, que visem aprimorar e/ou assegurar as atividades de sanidade animal.

Parágrafo único. Para efeito do presente artigo, o Poder Executivo baixará normas próprias, aplicando-se no que couber, as disposições desta Lei, bem como os demais preceitos legais vigentes, que incidam sobre a matéria.

Art. 13 — Dentro de 60 (sessenta) dias, o Poder Executivo

expedirá o regulamento necessário à execução desta Lei.

Parágrafo único. O Regulamento de que trata este artigo definirá, inclusive, os procedimentos para autuação, bem como as competências e prazos para defesa, julgamento e recursos.

Art. 14 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 24/78, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Terra Rica, imóveis de propriedade do Estado, conforme especifica. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 24/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Terra Rica, os seguintes imóveis de propriedade do Estado:

I — área de terras medindo 900 metros quadrados dentro da quadra que seria a de n.º 182 (cento e oitenta e dois), constante da planta do loteamento da cidade de Terra Rica, com as seguintes divisas e confrontações: 30 mts de frente pela rua Maranhão; 30 mts de fundos; 30 mts de lado para com o remanescente da mesma quadra e 30 mts de outro lado para a rua Marechal Deodoro, na qual se encontra construído prédio com fachada de alvenaria e fundos de madeira, numa área construída de 120 mts², transcrição no Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí, sob o n.º 19.650—Livro 3—R, de 28/06/67.

II — área de terreno urbano medindo 600 mts², constituída por parte das datas sob os n.º 5 e 6, da quadra 182 (cento e oitenta e dois), da planta do loteamento da cidade de Terra Rica, com as seguintes divisas e confrontações: partindo-se de um marco de madeira de lei que foi cravado na esquina da avenida Euclides da Cunha com a rua Pará, segue-se confrontando com esta última, a distância de 30 mts, até um marco situado na confrontação com as datas n.º 5 e 4, segue-se defletindo-se noventa graus à direita, confrontando com esta última à distância de 20 mts, até um marco cravado na confrontação da data n.º 4 e do remanescente da data n.º 5; segue-se defletindo-se noventa graus à direita, confrontando com esta última e o remanescente da data n.º 6, distância de 30 mts, até um marco cravado na confrontação com o remanescente da data n.º 6 e a avenida Euclides da Cunha, segue-se defletindo noventa graus à direita, confrontando com esta a distância de 20 mts, até o marco inicial dessa medição, transcrição no Registro de Imóveis da Comarca de Terra Rica, sob o n.º 2.392 — Livro 3-B, de 28 de junho de 1974.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 36/78, que denomina "VIADUTO THEÓFILO FERREIRA LOYOLA" o existente sobre o trevo de acesso à cidade de Palmas, na Rodovia PRT-280. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 36/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominado VIADUTO THEÓFILO FERREIRA LOYOLA, o existente sobre o trevo de acesso à cidade de Palmas, na Rodovia PRT-280.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 41/78, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de União da Vitória, o imóvel de propriedade do Estado, que especifica. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 41/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de União da Vitória, parte do imóvel de propriedade do Estado, constituída da área de terreno situada na cidade de União da Vitória, medindo 45,40 m de frente para a rua Coronel Amazonas; por 49,70 m de um lado, fazendo divisa com o imóvel onde se acha instalado o Centro de Saúde, por 51 m. de outro lado, e por 45,35 m de fundos, fazendo divisa com o Centro Esportivo Municipal, com a área total de 2.288,44m². Transcrição no Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, sob o nº 5.017, Livro 3-E, folhas 206.

Parágrafo único — A presente doação se destina a atender, exclusivamente, objetivos culturais e esportivos.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 42/78, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palotina - APAE", com sede e foro na cidade de Palotina. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 42/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALOTINA - APAE, com sede e foro na cidade de Palotina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 48/78, que declara de utilidade pública o "Centro Espírita Emmanuel", com sede e foro na cidade de Jaguapitã. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 48/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA EMMANUEL, com sede e foro na cidade de Jaguapitã.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 49/78, que declara de utilidade pública as "Aldeias Cristãs SOS", com Sede e foro na cidade de Goioerê. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 49/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública as ALDEIAS CRISTÃS SOS, com sede e foro na cidade de Goioerê.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 60/78, que declara de utilidade pública o "Lions Clube de Curitiba - Marumbi", com sede e foro nesta Capital. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 60/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o LIONS CLUBE DE CURITIBA — MARUMBI, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 63/78, que declara de utilidade pública a "Casa do Menor Paraplégico - Larzinho", com sede e foro na cidade de Jacarezinho. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 63/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a CASA DO MENOR PARAPLÉGICO - LARZINHO, com sede e foro na cidade de Jacarezinho.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 74/78, Mensagem nº 26/78, dando nova redação ao item I do Artigo 8.º da Lei nº 6508, de 13/12/73, que dispõe sobre férias do Pessoal Suplementar. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 74/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — O item I do artigo 8.º da Lei nº 6508, de 13 de dezembro de 1973, passa a ter a seguinte redação:

"I — 30 (trinta) dias consecutivos de férias depois de cada ano de efetivo exercício".

Art. 2º — Os funcionários que não houverem gozado férias já atingidas pela prescrição de dois (2) anos, terão o direito de contá-las em dobro e para todos os efeitos legais, desde que a requeriram no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da publicação desta lei.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 82/78, que declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Assistencial de Curitiba", com sede e foro nesta Capital. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 82/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDA-

DADE BENEFICENTE ASSISTENCIAL CURITIBA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 96/78, que declara de utilidade pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de São José dos Pinhais", com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 96/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 56/78, Mensagem nº 38/75, ex-Proposição nº 129/75 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Jaguariá, objetivando execução de obras de reparos no prédio do Colégio Estadual "Rodrigues Alves", na sede daquele município. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 56/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de JAGUARIÁ, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Rodrigues Alves, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 72/78, Mensagem nº 42/78, ex-Proposição nº 127/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica e o Município de Bocaiúva do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 72/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 24 de janeiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria das Finanças, da FAMEPAR e Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e o Município de BOCAIÚVA DO SUL, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Im-

posto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olívio Beal, ocorrido na cidade de Toledo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a inclusão no Plano Rodoviário Estadual da estrada que liga Cruzeiro do Iguaçu no Município de Dois Vizinhos, à estrada Realiza - Capitão Leônidas Marques - Santa Tereza. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que seja aprontada mensagem propondo aumento de vencimentos aos servidores do Estado, a partir de 1º de janeiro de 1979, a tempo de ser apreciada pela Assembléia Legislativa antes do recesso de dezembro. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Rede Globo de Televisão, pela apresentação do programa "Globo Repórter", da excelente reportagem que reproduz fielmente a dramática extinção das baleias em nosso País. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao erudito escritor paranaense, Professor Pedro Ricardo Dória, pela edição de sua obra "Energia no Brasil e Dilema do Desenvolvimento". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, encarecendo informações sobre o modo de como se processará a ratificação dos Títulos de Propriedade expedidos pelo Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, na região da Faixa de Fronteira. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 3, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 141/74, 106/77, 24, 36, 41, 42, 48, 49, 60, 63, 74, 82 e 96/78, e dos Projetos de Resolução nºs 56 e 72/78.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 55, 107, 108 e 167/77, 54, 73, 93, 94, 97, 98 e 120/78.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 161 e 180/77, 26, 30, 55, 85, 90, 91, 95, 99 e 101/78, e dos Projetos de Resolução nºs 36, 45, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 98 e 105/78.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 62, 63, 64, 67, 79 e 80/78.

Levanta-se a Sessão.